

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
BOLETIM DO MUSEU DO ÍNDIO

DOCUMENTAÇÃO

Nº 4

JUNHO/92

APRESENTAÇÃO

Quando eu era diretor do Museu do Índio, em 1983, foi editado o último número do Boletim do Museu do Índio, publicação seriada que havíamos começado a editar em 1974.

O Boletim do Museu do Índio, em sua nova fase, obedece ao padrão tradicional de publicações periódicas desse tipo, mas será publicado em uma série única que reunirá toda a contribuição de seus especialistas ou de colaboradores externos referentes aos vários campos de interesse do Museu: Etnologia, Etno-história, Documentação, Indigenismo, Museologia e Lingüística.

O Boletim do Museu do Índio volta a circular com a publicação de um texto da lingüista Lucy Seki, da UNICAMP, e antiga colaboradora desta instituição, sobre os índios Botocudos do Vale do Rio Doce.

Carlos de Araújo Moreira Neto
Diretor do Museu do Índio

Notas para a história dos Botocudo (BORUM) *1

*2 Lucy Seki

INTRODUÇÃO

A nação Botocudo acha-se, atualmente, representada por um grupo principal de 57 pessoas (1) que habitam a Aldeia Krenak, situada na margem esquerda do Rio Doce, entre as cidades mineiras de Conselheiro Pena e Resplendor. A este grupo, constituído de índios, mestiços e alguns não índios, acrescenta-se um outro pequeno grupo que se encontra disperso por diferentes localidades do Brasil. É o que restou da nação que foi um dia senhora absoluta das regiões compreendidas entre os rios Pardo e Doce, nos territórios de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Como se sabe, os Botocudo sofreram um dos mais violentos processos de repressão por parte do homem branco, processo que resultou no desaparecimento completo da maioria de seus grupos representantes. De fato, os Botocudo foram mesmo considerados como extintos por D. Ribeiro em 1957 (2). No entanto, eles sobreviveram e conservaram, de algum modo, a sua língua.

O passado dos Botocudo é um martirologio, no dizer de Manizer, um etnólogo russo que os visitou no rio Doce, no início deste século (3). Aspectos da história deste martirologio acham-se dispersos em documentos oficiais, relatos de viajantes, naturalistas, engenheiros, empresários, em artigos de jornais e também em alguns trabalhos específicos sobre o grupo (4). Além de estarem dispersos e serem fragmentários, esses materiais, via de regra, apresentam os fatos a partir do prisma e das conveniências do homem branco. São, contudo, a única fonte disponível para a reconstituição do passado histórico dos Botocudo.

Iniciamos os contatos com os remanescentes Botocudo em janeiro de 1980, na Fazenda Guarani, com a finalidade imediata de documentar a língua junto aos falantes nativos. Paralelamente, passamos a proceder ao levantamento de fontes lingüísticas e não lingüísticas referentes aos Botocudo, com o objetivo de compreender melhor o povo e obter esclarecimentos quanto a uma série de questões relacionadas à língua. Ao fazer este trabalho, procuramos recompor a história dos Botocudo levando em conta, pelo menos no que concerne a períodos mais recentes, informações fornecidas pelos próprios índios e também alguns materiais, ao que seja de nosso conhecimento, ainda não publicados (5). A presente comunicação refere-se a uma pequena parte deste trabalho. Nela, focalizaremos período mais recente da história dos Botocudo, o século XX e, mais especificamente, o final da década de 60 e a década de 70.

*1 Trabalho apresentado no GT "História Indígena e do Indigenismo", coordenado pela Dra. Manoela Carneiro, no IX Encontro Nacional da ANPOCS (Curitiba, 23-26/03/86).

*2 Lingüista da Universidade de Campinas — UNICAMP.

BOTOCUDO NO SÉCULO XX

No início do século XX, quando da criação do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, havia ainda pequenos grupos de Botocudo na região entre Minas Gerais e Espírito Santo. Em 1911, havia Pojichás, em São Mateus; Naknanucs e Nakrehes, no Aldeamento de Lages, às margens do Pancas; Jiporocas, no Posto Indígena — PI Pepinque; Munhagiruns, entre o Pancas e o São José; Nakrehes, em Pancas e em Itueta; e Gut-kraks, entre a serra de João Leopoldino, as cabeceiras do São João e o Pancas (6). Os Gut-Kraks estavam divididos em dois grupos inimigos: os Botocudo de Natividade do Manhuaçu (na confluência do Rio Manhuaçu com o Rio Doce), sob a liderança do capitão *Ti-juque / Tetchuc*, e os Botocudo da Lapa (a 60-70 km de Manhuaçu, subindo o Rio Doce), chefiados pelo capitão *Crenac* (7).

Em 1913, foi criado um Posto Indígena da Atração no córrego do Eme para atender os Krenak. Estes mantinham os seus *quinheme-brec* no interior da mata, a 11 léguas do Posto (8). Segundo Manizer, em 1915, os Krenak viviam nas fontes do Rio Mutum, aparecendo por vezes nas margens setentrionais do Rio Doce. Nessa época, sabiam apenas poucas palavras do português (9).

Em 1920, foi criado o PI Guido Marliere no local do antigo Posto do Eme para atender os Botocudo de Minas Gerais. Três anos depois, houve, nesse Posto, acontecimentos classificados como “graves” e como causadores de “profunda perturbação na vida administrativa do PI” (10). As fontes não fornecem maiores explicações, limitando-se a informar que houve a “morte de 9 índios e a retirada de algumas famílias indígenas” (11), ou a aludir, simplesmente, ao fato, alegando ser preferível calar sobre “transes tão entristecedores, que salientam tanto a perversidade de patrícios nossos” (12). Há relatos de representantes Botocudo sobre fatos que parecem relacionados a esses graves acontecimentos. J.A., atualmente com cerca de 50 anos, contou-nos que, de certa feita, os fazendeiros ofereceram garapa aos índios, atraindo-os a uma emboscada, quando passaram a matá-los, adultos e crianças, com golpes de facão. Joaquim Grande e o pai de nosso informante que, desconfiados da bondade dos fazendeiros, haviam ficado escondidos no mato, presenciaram a matança. Joaquim Grande mandou o outro, então ainda rapaz novo, correr à sede do PI, na margem oposta do rio, para avisar o encarregado. Na versão de um outro representante, A.J., os fazendeiros convidaram os índios para colher batatas em uma plantação cercada, onde lhes armaram a emboscada. Quaisquer que tenham sido os acontecimentos de então, eles reduziram enormemente a população do PI. Por volta de 1920, quando da visita de Simões da Silva, havia no Posto 65 indígenas ao passo que, em 1926, havia apenas 22 (13).

Paralelamente, a essa época também o número de postos indígenas se havia reduzido. Dos quatro postos existentes em 1914 — PIs do Aymorés, do Cybrão, do Pancas e do Eme (14) — restavam apenas os dois últimos. O PI

Pancas foi extinto em 1940, ocasião em que seus habitantes foram transferidos para o PI Guido Marliere, para São Paulo e para o PI Engenheiro Mariano de Oliveira, onde viviam os Maxakali.

Através da Lei Estadual nº 788, de 18/9/1920, e do Decreto Estadual nº 5.462, de 10/10/1920, o governo do Estado de Minas Gerais doou à União 3.983 ha destinados à fundação de uma colônia para os Botocudo (15). No entanto, esta área passou a ser progressivamente invadida por fazendeiros e posseiros. A invasão da terra foi, em parte, facilitada pela demora do governo federal em aceitar a doação, o que somente viria a ocorrer em 12/05/1948, através do Decreto Federal nº 24.947. Além disso, em 1958, o SPI fez um contrato com o Serviço Florestal do Estado de Minas Gerais, passando para a Polícia Florestal a administração da área do PI (16). Foi feita, então, a transferência dos índios para o PI Engenheiro Mariano de Oliveira, dos Maxakali, onde, dizem, foram deixados abandonados, sem qualquer assistência, sofrendo discriminações várias. Os Botocudo iniciaram um longo e penoso regresso ao PI Guido Marliere. Alguns foram para a Ilha do Bananal e para o Mato Grosso (PI Cachoeirinha), outros para São Paulo (PI Vanuíre), de onde alguns regressariam depois ao PI Guido.

O Serviço Florestal permaneceu na área por um período de quase oito anos. Em um documento datado de abril de 1965, o servidor Augusto de Souza Leão informa ter encontrado o Posto em péssimas condições, com as benfeitorias destruídas, gado e outros animais desaparecidos. Informa ainda que a área do PI “acha-se totalmente ocupada por particulares, restando apenas cerca de 20ha, onde está situada a sede do Posto. As três famílias de índios: Teófilo, Paco e Jacó, que não se afastaram de suas terras, estão morando de meia nas terras arrendadas aos particulares, como se fossem simplesmente meeiros em suas próprias terras. Um verdadeiro paradoxo.” (17).

Com a volta dos índios, reinstalou-se, em 1967, o PI Guido Marliere que continuou, no entanto, a ser administrado pelo capitão da Polícia Militar, Manoel dos Santos Pinheiro.

O REFORMATÓRIO INDÍGENA CRENAC

Em 1970, o Crenac foi oficialmente transformado em reformatório indígena (18), embora já estivesse sendo utilizado como tal pelo menos desde janeiro de 1969, pois há registro da chegada de confinados nessa data (19). Em ofício datado de 24/09/1969, Tarcísio Rodrigues comunica ao chefe da Ajudância Minas-Bahia que o “xadrez para confinamento dos índios está pronto e em pleno uso” (20). Ao que se pode deduzir, até então o Reformatório funcionava em instalações precárias, pois em um outro ofício, datado de 28/08/69, o chefe do PI comunica a fuga de dois índios Guajajara, ocorrida quando os policiais

os retiravam do cubículo, e acrescenta: “quanto a responsabilidade pela fuga, não creio que sejam os policiais ou qualquer outra pessoa, mas sim, a falta de condições da prisão. Ela não tem água, não tem privada e não oferece a mínima segurança ou conforto. Todas as noites somos forçados a abrir a cela para retirar os índios para fazerem necessidade fisiológica e foi numa destas oportunidades que Francisco e Moacir se aproveitaram para evadirem-se . . . Quando o presídio estiver pronto, acredito que as fugas poderão serem evitadas, mas como está, não há possibilidade de evitá-las.” (21).

O reformatório indígena foi criado “com a missão de recuperar os índios delinqüentes das diversas tribos brasileiras, preparando-os para prestarem serviços às suas comunidades, como monitores indígenas, ao retornarem as suas tribos” (22). Posteriormente, a instituição seria oficialmente designada como “Centro de Reeducação”, e seus objetivos seriam colocados de outra forma. No Boletim Informativo de 1972, a Fundação Nacional do Índio — Funai dizia: “O Krenac, instalado, em 1920, pelo antigo SPI com o nome de P.I. Guido Marliere, há três anos vem funcionando como centro de reeducação” (23). O centro se destinaria “à reeducação de índios aculturados que transgridem princípios norteadores da conduta tribal, e cujos próprios chefes, quando não conseguem resguardar a ordem na tribo, socorrem-se da Funai visando a restauração da hierarquia nas suas comunidades” (24). Obviamente, a “deliquência” e a “transgressão de princípios tribais” eram consideradas a partir da ótica e cultura dos brancos. Entre as causas que levaram muitos índios ao confinamento, encontramos homicídio e tentativas de homicídio, roubo, embriaguês, briga, desordem, desentendimento com o chefe do PI, desrespeito à guarda, saída do PI sem autorização, etc (25).

No Reformatório Indígena Crenac estiveram confinados, em número e por períodos de duração variáveis, representantes dos grupos Karajá, Pan-kararu, Kaiwá, Terena, Kadiwéu, Xerente, Maxakali, Pataxó, Guajajara, Kain-gang, Bororo, Urubu, Fulniô, Kanela, Mawé (26). Privados de liberdade, apartados de sua gente e de seu *habitat*, tendo alterado seu modo de vida e passando privações, viviam todos em tensão constante, sendo comuns as tentativas de fuga e a conseqüente perseguição aos fugitivos, na qual eram empregados os próprios índios (27).

Convivendo com aos confinados provenientes de diferentes regiões do País, num ambiente de grande e constante tensão, os Botocudo tiveram, além disso, sua própria liberdade tolhida, Não podiam sair da sede sem que o encarregado registrasse o nome, a data e hora da saída e do regresso, o lugar para onde se dirigiam, o motivo da saída e o número de uma ficha que recebiam ao sair e que deviam restituir ao encarregado na volta ao PI (28). Além disso, do mesmo modo que os confinados, muitos experimentaram o xadrez isolado e se viram obrigados a executar trabalhos no Posto como punição a faltas cometidas.

A existência do reformatório contribuiria de uma outra maneira para agravar a tensão na área. Ao que parece, era intenção das autoridades manter a instituição em sigilo. Em um ofício ao chefe da Ajudância Minas—Bahia, datado de outubro de 1969, ao informar sobre a visita de um repórter, Fialho Pacheco, e das medidas que tomara para evitar que o mesmo entrasse no prédio/confinamento e entrevistasse os índios, o chefe do PI diz: “. . . por sorte consegui atrair sua atenção para outro lado, porém ficou claro e patente que êle tem conhecimento pleno de que é ali mesmo a tal “cadeia” objeto dos comentários”. Mais adiante acrescenta: “Não sei se é pretensão vossa encobrir do povo a existência aqui do xadrez do prédio/confinamento, se assim for, devo dizer-vos, com o devido respeito, que não lograremos êxito” (29). De fato, sabia-se da existência da instituição e espalhara-se entre os posseiros a notícia de que a mesma se destinava ao confinamento das pessoas envolvidas com a questão da terra. No documento citado, o chefe do Posto relata que, segundo o jornalista, “. . . os posseiros ocupantes da área dêste PIGM estão intranquilos e temerosos de que a “cadeia” aqui construída seja para o confinamento dos mesmos e que tal comentário corre de boca em boca na cidade de Resplendor, gerando disso um clima de verdadeiro pânico entre as pessoas direta ou indiretamente ligadas ao problema da terra no litigioso” (30).

A TRANSFERÊNCIA PARA A FAZENDA GUARANI

Em 1970, a Funai abriu um processo de reintegração de posse contra os invasores da área do PI Guido Marliere, com base na aplicação do artigo 198 da Constituição Federal — “as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a Lei Federal determinar”. Os fazendeiros e demais posseiros reagiram, iniciando um movimento para preservar as terras de que haviam se apossado. Nessa luta, como parte de sua argumentação, os fazendeiros e posseiros alegavam, obviamente manipulando os dados, que já não existiam Krenak e Pojichá na área, exceto dois irmãos idosos, e que a Funai para ali transportara índios delinqüentes de diferentes partes do País com o intuito de enquadrar a região no artigo 198 da Constituição. Alegavam ainda que a Funai havia abandonado a área ao entregá-la à administração da Polícia Florestal e ao remover a população indígena para outro local, e que, com o abandono, conforme previsto na lei que autorizava a doação, a área revertia ao patrimônio do Estado (31). A fim de resolver a crise surgida, a Funai efetuou a permuta da área do Crenaque com a Fazenda Guarani, transferindo os Botocudo e os confinados para esta localidade em dezembro de 1972 (32).

Os Botocudo foram transferidos contra sua vontade. No Rio Doce deixaram suas lavouras, suas árvores frutíferas, o território onde haviam perecido seus antepassados e ao qual tinham ligadas as suas representações religiosas.

A Fazenda Guarani, que tivemos oportunidade de visitar duas vezes

em 1980, está situada no Município de Carmésia, em Minas Gerais, a 700 metros de altitude, numa região acidentada, fria, chuvosa e desprovida de rios, onde os índios jamais se adaptariam.

A comunidade recém-transferida encontrou no local uma população não indígena de 370 pessoas, constituída de meeiros, posseiros, ex-diaristas e assemelhados da Polícia Militar que, após a permuta da área, aí haviam permanecido aguardando solução para a sua situação (33). Em agosto de 1973, a comunidade seria acrescida com um grupo de Guarani transferido do litoral do Espírito Santo (34).

Após a sua transferência do Crenaque para a Fazenda Guarani, os índios não puderam, de imediato, iniciar suas lavouras, uma vez que isto era feito, na região, em outubro/novembro e eles foram transferidos em dezembro. Os órgãos oficiais haviam se comprometido a mantê-los até que se implantassem as lavouras de sustentação. As tentativas feitas no sentido de implantar tais lavouras fracassaram devido a chuvas torrenciais e também ao solo pobre, esgotado por plantações intensivas de café nos anos anteriores (35). Tudo isto contribuiu para aumentar ainda mais a frustração decorrente da mudança.

Vindo habitar uma região tão diferente do local de origem, os índios ficaram, pelo menos, temporariamente indefesos aos perigos locais, desconhecendo os meios de evitá-los. Pouco após a transferência, um índio Guarani foi picado de cobra, vindo a falecer, o que deixou a comunidade ainda mais assustada.

Os encarregados da administração do PI pouco podiam contra a falta de recursos em geral, inclusive de alimentos, e contra a complexidade da problemática social. Com formação militar e sem o devido preparo para lidar com tal situação e com as diferenças culturais, tendiam a confundir apatia e depressão com indolência e preguiça; tentativas de se fazer respeitar e ouvir com falta de respeito ao superior; manifestação de desespero e protesto com desacato à autoridade, provocação e ingratidão. Esses comportamentos eram vistos como “faltas”, que eram punidas com o encarceramento ou trabalho (36).

Ao fracasso da agricultura se somariam a ausência de peixes e a escassez de caça, com a conseqüente desnutrição e enfermidades constantes, a ausência de matéria-prima para o artesanato, a ociosidade forçada, a rivalidade entre os diferentes grupos, a enorme tensão social, enfim. Em janeiro de 1980, quando visitei a Fazenda Guarani, encontrei os Botocudo desanimados, abatidos e desconfiados, manifestando o desejo constante de regressar ao Rio Doce.

Em maio do mesmo ano, 27 deles retornaram ao seu antigo território (37). Quando os visitei, em setembro, encontrei-os habitando duas casas aruinadas pela enchente do rio. Eram restos do que fora a sede do Patronato da Associação São Vicente de Paula e, antes, sede do PI Guido Marliere e do Reformatório Indígena. As roças tinham sido substituídas por pastos, as árvores frutíferas já não existiam. Muitos estavam enfermos ou convalescentes de tuberculose mas, mesmo assim, trabalhando sob o sol, arrancando colônia,

tentando preparar o terreno para plantio. Embora enfrentando dificuldades de toda ordem — moradia, falta de alimentos, tensão resultante da pressão dos fazendeiros, da incerteza de sua situação — achavam-se tranquilos e dispostos a ali permanecer até a morte. Com os olhos perdidos no Rio Doce, o querido *Uatu*, com a tranquilidade e a paz de quem reencontrou suas origens e sua própria razão de ser, os mais velhos cantarolavam baixinho ou falavam de seu passado, indicando-nos onde ficavam seus locais sagrados, locais de caça, as grutas onde haviam deixado suas marcas.

OS BOTOCUDO ATUAIS

Embora sejam conhecidos com o nome de Krenak, os atuais representantes Botocudo constituem um amálgama de diversos grupos, resultante da sucessiva redução de suas terras e do número de postos indígenas. Ao que foi possível constatar, a comunidade Krenak inclui representantes que se identificam como pertencentes a pelo menos três subgrupos: Krenak/Gut-Krak, Nekrehe e Munhagirum, entre os quais persiste, de algum modo, a rivalidade tradicional (38).

Esses representantes Botocudo quase não se distinguem externamente da população rural em seus hábitos e mesmo no tipo físico. No entanto, constituem um grupo que se identifica como sendo *mburuŋ* — autodenominação Botocudo — e que mantém sua coesão quer pela consciência de terem um passado comum, distinto do de outros povos, quer pela visão de mundo herdada de seus antepassados, forjada pelas experiências vividas no decorrer de sua história, da história de seu contato com os colonizadores, quer ainda pela linguagem própria, que resiste, não obstante os múltiplos fatores negativos que atuaram no sentido de sua extinção. Mesmo aqueles que vivem entre representantes de outras tribos têm clara consciência de pertencer ao grupo Botocudo. Este é o caso, por exemplo de dois índios, A.J e J.A., que, tendo vindo para o PI Vanuíre, em São Paulo, se casaram com mulheres Kaingang. A.J. trouxe, oito anos depois, a irmã que ficara desamparada com a morte do marido e que, posteriormente, também se uniu a um Kaingang de Vanuíre. Apesar da distância e do tempo, esses representantes Botocudo mantêm um profundo apego à terra de origem e ao seu povo. J.A. ficou extremamente emocionado ao ver as fotos que trouxemos de seus patrícios e do Rio Doce. Tremia-lhe todo o corpo e ele ficou por uns bons momentos impossibilitado de pronunciar qualquer palavra. As notícias sobre as fotos se espalharam e, durante a nossa estada em Vanuíre, outros representantes Botocudo vinham visitar-nos trazendo seus familiares para “conhecerem” a sua terra e a sua gente. A.J. confessou-nos seu profundo desejo de voltar ao Rio Doce, considerando ser impossível fazê-lo devido à sua vida estabelecida e à esposa e aos filhos numerosos nascidos em São Paulo. Disse-nos que, antes de morrer, irá, nem que seja a passeio, rever a sua terra, levando pelo menos um dos filhos para conhecê-la.

A SITUAÇÃO DA LÍNGUA

Como vimos, até bem recentemente os fatores dispersivos atuaram profundamente na comunidade Botocudo. Além da redução numérica resultante do extermínio físico direto e indireto, da escravização, da aculturação forçada, de todo o processo repressivo, os Botocudo sofreram transferências contínuas para locais diversos, sendo levados à convivência forçada com representantes de outras culturas. Isto se deu até mesmo na própria área dos Botocudo com a implantação do Reformatório Indígena.

Não é de se admirar, portanto, que a comunidade Botocudo esteja, hoje, dispersa e apresente um alto grau de miscigenação. Há um grande número de uniões com índios de outros grupos — Kaingang, Pataxó, Xerente, Guarani, entre outros, e também com não índios (39).

Logicamente, a redução numérica e a dispersão, por um lado, e o agrupamento de diferentes dialetos, o convívio com diferentes culturas e a miscigenação, por outro lado, tiveram profunda repercussão na língua a ponto de esta encontrar-se nos limites da extinção.

Todos os atuais representantes Botocudo falam o português característico da zona rural e a maioria conhece apenas esta língua. Dentre todos, apenas cerca de 15, na maioria adultos acima de 40 anos, ainda mantêm, em graus variados, um domínio melhor do idioma nativo. Dos mais jovens, alguns poucos dizem compreender, mas não falar a língua. Segundo nossos informantes, alguns jovens falam apenas “qualquer coisinha”.

Mesmo os que ainda falam a língua têm dificuldade em se comunicar uns com os outros devido a uma série de fatores, antes de tudo, a dispersão em que se encontram. Assim, os 15 falantes que conhecemos, ou dos quais temos notícias, estão distribuídos por diferentes localidades — Rio Doce, Fazenda Guarani, Mato Grosso, São Paulo — visitando-se muito raramente. Também entre aqueles que vivem num mesmo local nem sempre é fácil o contato, uma vez que, devido a casamentos interétnicos, pertencem a diferentes famílias e trabalham separadamente.

No Rio Doce deve ser considerada a rivalidade entre os representantes de diferentes subgrupos que, se não chega a impedir, dificulta, em parte, a comunicação.

O fato de só os mais velhos falarem a língua mostra que a mesma não foi, nas últimas décadas, regularmente transmitida às crianças que freqüentam a escola rural, onde são alfabetizadas em português.

O português é a única língua usada por todos quando fora da comunidade e no contato com os não Botocudo. É usado com grande freqüência também na comunicação entre pessoas bilingües, pois são raras as situações em que não está presente alguém que só conhece o português. A rigor, o uso da língua materna é restrito às situações em que todos os presentes a conhecem

ou quando os falantes não querem ser entendidos por pessoas alheias à comunidade. A língua sofreu uma redução de suas funções, mantendo, no entanto, a função de solidariedade grupal.

Necessário é ressaltar que, desde o retorno da comunidade ao Rio Doce, têm-se desenvolvido mecanismos conservadores e revitalizadores do idioma. O fato de terem conseguido voltar ao local de origem contribuiu para a valorização da auto-imagem, com o conseqüente desejo de recuperar o passado e, com este, a linguagem. É sintomático o fato de Sebastiana, nossa informante Gut-Krak, ter demonstrado enorme interesse nos materiais referentes aos Botocudo que lhe mostramos. Após examinar atentamente as fotos contidas nesses materiais, perguntou-nos se não havia uma que mostrasse “um pau com uma cabeça no alto”, explicando que, antigamente, existia um e que os índios costumavam dançar em volta dele e rezar para o *maret makiñam*, um velho de cabeça branca. Sebastiana referia-se ao mastro sagrado e tencionava mandar um dos rapazes fazer um igual, para o que precisava das fotos. Sabendo-se que o mastro sagrado detinha um importante papel nas representações religiosas dos Botocudo (40), acreditamos que sua recuperação muito poderia contribuir para reavivar as funções da linguagem a ele relacionadas. Cumpre, porém, observar que, quando de nossa visita seguinte ao Rio Doce, Sebastiana já não demonstrava o mesmo interesse pelo “mastro sagrado”. Na ocasião observamos na parede de sua casa um rosto de Cristo esculpido em madeira.

NOTAS

- (1) Esta estimativa refere-se a 1981; cf. Seki (1980 - 1982).
- (2) Ribeiro (1957): 71.
- (3) Manizer (1919): 244.
- (4) Por exemplo, o trabalho de Marcato (1979), (1980).
- (5) Agradecemos ao Prof. Carlos Moreira por nos possibilitar o acesso a esses materiais, que foram posteriormente organizados, microfilmados e arquivados no Serviço de Documentação do Museu do Índio.
- (6) Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo à presidência da República, Rio de Janeiro, 1911, II: 290-291; Estigarribia (1934): 27-33.
- (7) Estigarribia, op. cit.: 31; Ihering (1911): 46.
- (8) Estigarribia, op. cit.: 39.
- (9) Manizer, op. cit.: 245.
- (10) Marcato (1929): 33.
- (11) Id., ibid.: 33.
- (12) Abreu (1929): 573.
- (13) Abreu, op. cit.: 576.
- (14) Marcato (1979): 33.
- (15) Escritura de doação registrada no Cartório do 3º Ofício de Notas, Belo Horizonte, em 15/12/20 e no Registro de Imóveis, Teófilo Otoni, em 25/05/39. Documento nº 1, firmado pelo Eng. Ruy Alves de Araujo, Belo Horizonte, 23/12/71.
- (16) Relatório do PI Guido Marliere, Ajudância Minas-Bahia, 1967. Relator Ney Land. É interessante observar que, por volta de 1957, houve um atentado a bomba na sede do PI. Segundo os índios, o objetivo do atentado era matar o encarregado, Sr. Américo (?). Este já esperava uma emboscada e, para evitá-la, fazia-se levar por bote até a parada do trem na margem oposta do rio, evitando, assim, a caminhada a pé pelo trecho da estrada e saindo desapercebidamente da sede do PI para pernoitar em sua casa em Resplendor.
- (17) Documento MA-101—2556/65, firmado por Augusto de Souza Leão.
- (18) Marcato (1980): 36.
- (19) Fichas individuais dos confinados. Centro de Recuperação Reformatório Crenack.
- (20) Of. nº 5/69 de Tarcisio Rodrigues, chefe do PI, à chefia da Ajudância Minas-Bahia, em 24/09/69.
- (21) Of. nº 48/69 de Wlamir Pereira, chefe do PI, à chefia da Ajudância Minas-Bahia, em 24/09/69.
- (22) Of. nº 555/70 do Cap. Manoel dos Santos Pinheiro, chefe da Ajudância Minas-Bahia, à presidência da Funai em 17/12/70.
- (23) FUNAI — Boletim Informativo. Ano I, nº 4, III Trimestre, 1972: 24.
- (24) Id. ibid.: 21.

- (25)Fichas individuais. Centro de Recuperação Reformatório Crenack.
- (26)Id. *ibid.*
- (27)Cf. Nota nº 21.
- (28)Livro de controle de saída dos índios do PI, março-maio 1972.
- (29)Of. nº 15/69 de Tarcisio Rodrigues ao chefe da Ajudância Minas-Bahia em 16/10/69.
- (30)Id. *ibid.*
- (31)Alexandre de Alencar. “Os posseiros de Crenaque e a terra que cultivam — o fato, o direito, o apelo”. Belo Horizonte, 1970, p. 3. Apud Marcato (1980): 37.
- (32)Relatório do concluinte do IV Curso de Indigenismo, Antonio Vicente Segundo, sobre atividades desenvolvidas na chefia do PI Crenack/Fazenda Guarani. 18/03/73.
- (33)Id. *ibid.* O número da população não indígena varia ligeiramente em diferentes documentos.
- (34)Of. *s/n* CAIG/75 “Esclarecimentos e Considerações”, de Antonio Vicente ao delegado da 11ª Delegacia Regional, em 08/01/75.
- (35)Relatório sobre a situação do PI Crenack/Fazenda Guarani, encaminhado por Antonio Vicente à chefia da Ajudância Minas-Bahia, 25/11/73.
- (36)Relatório de Ocorrências. Vários documentos.
- (37)Firmino (1980), I.
- (38)Seki (1980-1982)a,b.
- (39)Seki (1983).
- (40)Haekel (1955): 229.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, S. Fróes (1929). “Os Índios Crenaques em 1926”. *Revista do Museu Paulista*, vol. XVI, São Paulo.
- Almeida, C.A. (1959). *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce* (Memórias). Rio de Janeiro, J. Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros)
- Estigarribia, A. (1934). “Trecho de um Relatório apresentado pelo Inspetor Antonio Estigarribia à Directoria do Serviço de Proteção aos Índios, no ano de 1912, relativamente aos Índios do Rio Doce”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, vol. VII.
- Firmino, H. (1980). “O amargo regresso dos Krenaques”, I. Reportagem no jornal *Estado de Minas*, 16/05/80.
- FUNAI — *Boletim Informativo*.I, nº 4, III trimestre, 1972.
- Haekel, J. (1955). “Zur Problematik des Heiligen Pfahles bei den Indianern Brasiliens.” *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol.I:229-243, São Paulo.

- Ihering, H. von (1911). “Os Botocudos do Rio Doce”. *Revista do Museu Paulista*, vol. VIII, São Paulo.
- Manizer, H.H. (1919). “Les Botocudos”. Trad. por A. Childe. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Marcato, S. (1979). “A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais”. *Boletim do Museu do Índio. Etno-História*, nº 1.
- Marcato, S. (1980). “Remanescentes Indígenas do Leste Brasileiro”. (dat.).
- Ribeiro, D. (1957). *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*. Centro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro.
- Seki, L. (1980 - 1982). *Diário de Campo*. Ms. Inédito.
- Seki, L. (1980 - 1982). “Levantamento da População Botocudo”. Ms. Inédito.
- Seki, L. (1983). “Estado atual do Povo e da Língua Krenak (Botocudo)”. Ms. não publicado. Apresentado em *Colóquios Lingüísticos, IEL, UNICAMP*.
- Seki, L. (1984). “Botocudo — Notas para a história de uma sobrevivência”. Ms. não publicado. Apresentado em *Colóquios Lingüísticos, IEL, UNICAMP*.

NOTAS SOBRE AS FOTOGRAFIAS

As fotografias que ilustram o trabalho constituem um dos primeiros registros dos índios Botocudo do Rio Doce.

Trata-se de fotos inéditas e de especial interesse por documentar os contatos iniciais dos construtores da estrada de ferro Vitória-Minas com um grupo de Botocudo/Krenak feitas pelo engenheiro Emilio Bello de Mello Cunha, responsável pela construção. Os originais foram cedidos ao Museu do Índio por sua filha Maria Emilia de Mello e Cunha, antiga responsável pelo Setor de Documentação do IBGE. A propósito desse contato inicial entre os construtores da estrada e os índios, ver as anotações do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida que, em 1905-1906, durante os difíceis trabalhos de construção, testemunhou a presença de Krenak na região, conforme descreve em seu livro *O Desbravamento das Selvas do Rio Doce* publicado em 1959:

“No limiar de nossa vivenda deparamos com um quadro estranho aos costumes de civilizados, mas natural aos de aborígenes amigos. O que presenciarmos confirma os registros de antigos e modernos cronistas.

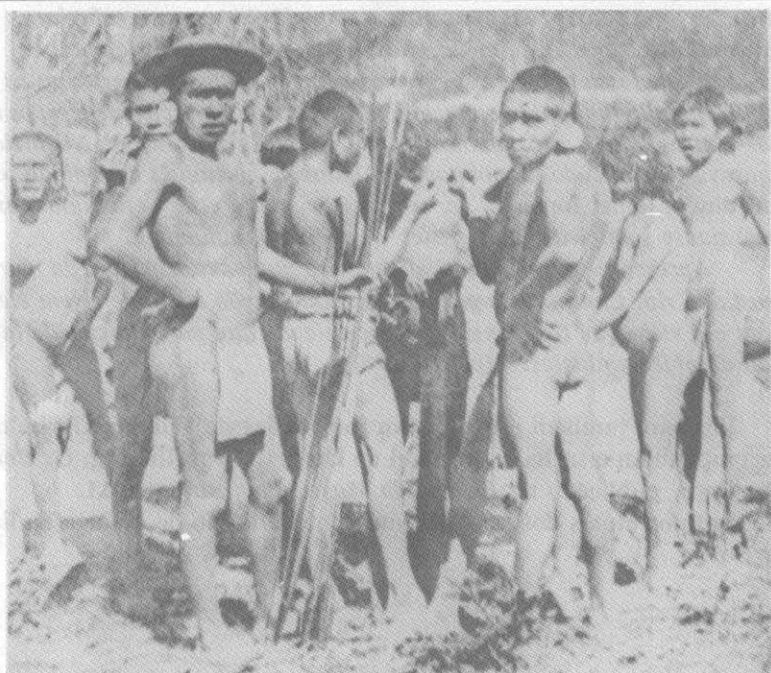
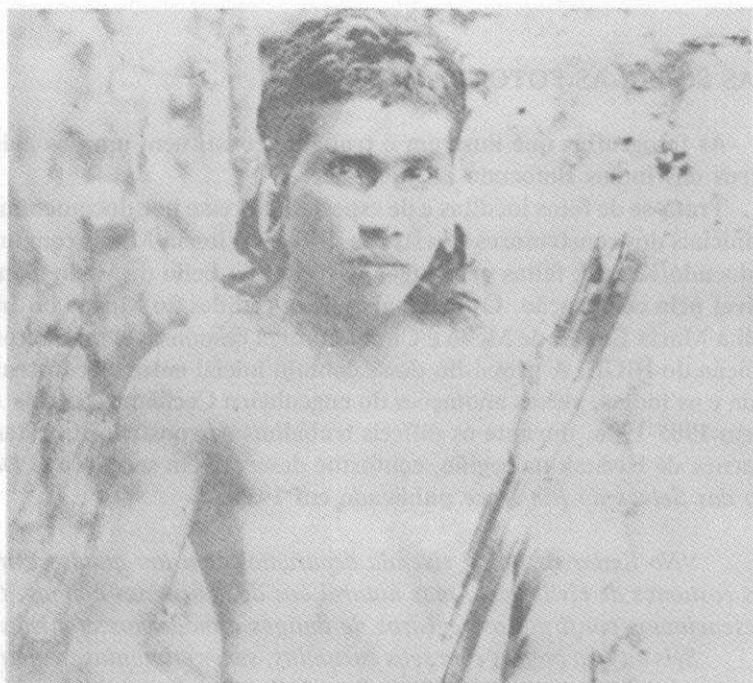
Seis ou oito bugres com seus curumins, sem-cerimônias, penetraram a casa, devassaram-na, assenhorearam-se daquilo de que se agradaram, entraram por suas peças, exceto por aquela em que se refugiara, nela trancando-se transida de medo, minha mulher com as crianças.

Após nossa chegada surgem os homens indígenas que, com as mulheres, num linguajar desconhecido, dolentemente, parece repetirem os mesmos pensamentos, ressaltados por abundante gesticulação. No meio da algaravia complicada despontam vocábulos de português estropiado, capitán, dineo, fome, fume . . . e, sem ênfase, esmorecidos, famintos, os pobres, quase semicivilizados, tristes e vencidos, salmodiam.

Apresenta-se-nos, então, o canoeiro que os transportou da margem oposta do rio. Conta-nos a penúria de alimentação com que vivem eles na mata e o vício que têm, antes por necessidade que por malícia, de lançar mão de objetos alheios.” (p. 197-198).

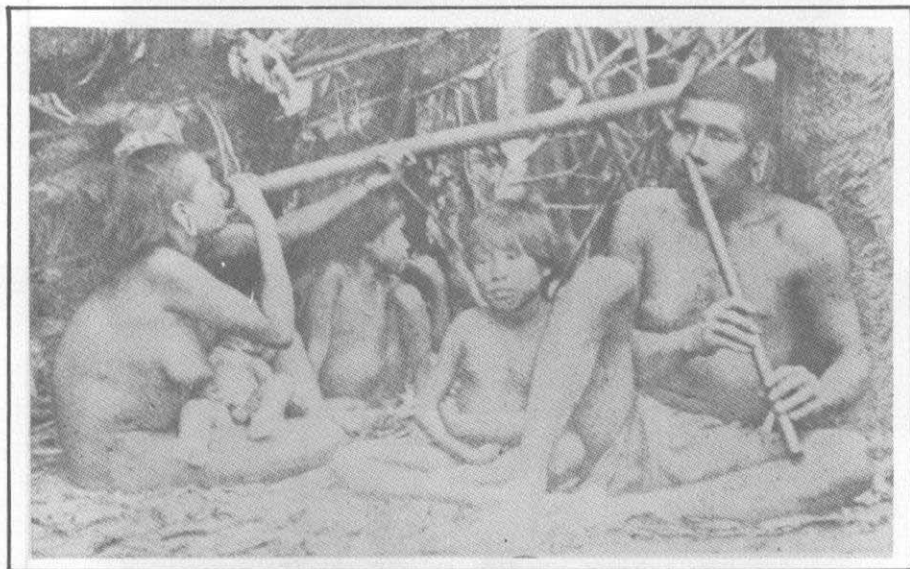
Ilustram também este Boletim fotografias de William Garbe de 1909 que acompanham o trabalho original de Hermann von Ihering, *Os Botocudos do Rio Doce*, publicado na *Revista do Museu Paulista* em 1911.

As fotos atuais dos sobreviventes Botocudo são de autoria da lingüista Lucy Seki.

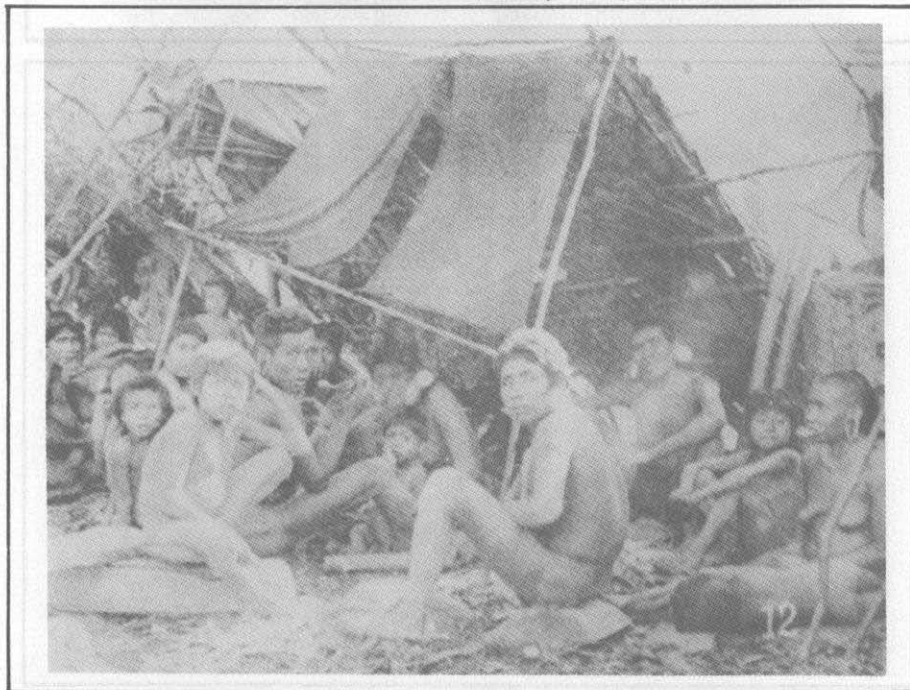




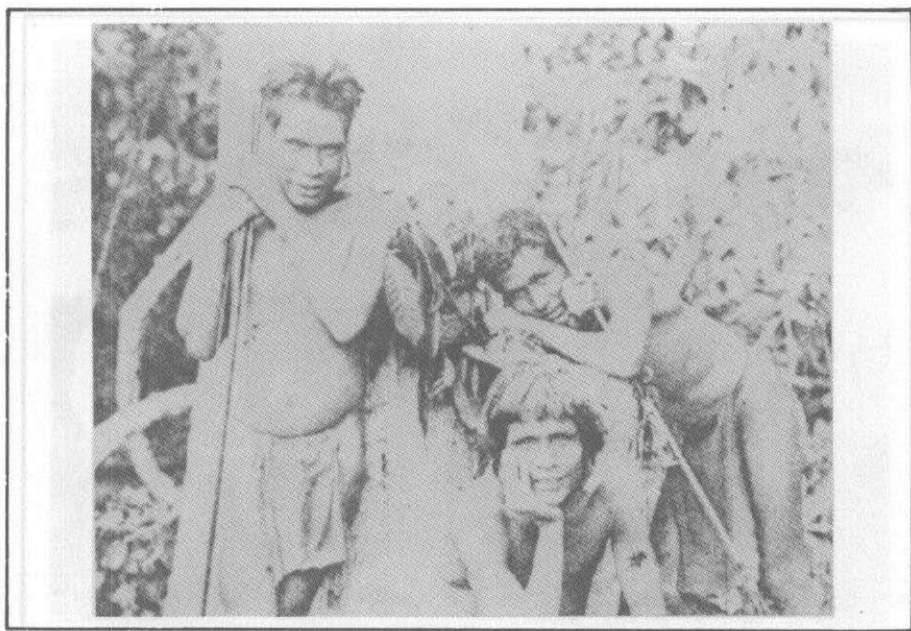
1 a 4: Índios Botocudo (Gutu-Krak) do Rio Doce (MG).
Foto: Walter Garbe, 1909.



**5: Homem tocando flauta com o nariz e mulher bebendo água do taquarussú.
Foto: Walter Garbe, 1909.**



**6: Arranchamento de Botocudo (Gutu-Krak) do Rio Doce (MG).
Foto: Walter Garbe, 1909.**



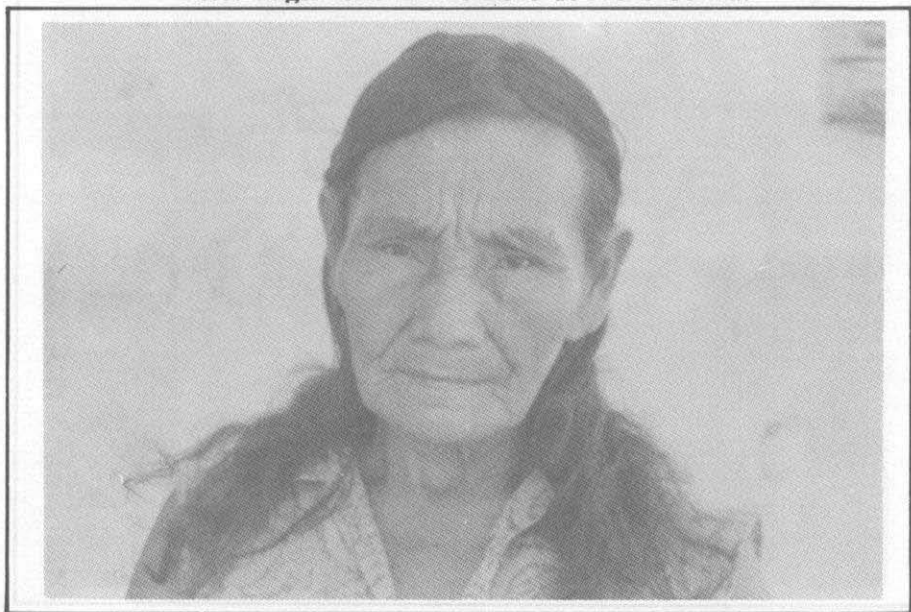
7: Índios Botocudo (Gutu-Krak) do Rio Doce (MG).
Foto: Walter Garbe, 1909.



8: Estrada Vitória-Minas na região do Vale do Rio Doce.
Foto: Engenheiro Emilio Bello de Mello Cunha, 1905-1906.



**9: Estrada Vitória-Minas na região do Vale do Rio Doce.
Foto: Engenheiro Emilio Bello de Mello Cunha.**



**10: Sebastiana (Gutu-Krak) pouco antes de seu falecimento, na Aldeia Krenak,
Rio Doce (MG). Foto: Lucy Seki, 1982.**



**11: Jovelina (Nakrehe) no Posto Vanuíre (SP).
Foto: Lucy Seki, 1981.**



Revisão e acompanhamento gráfico:
Cristina de J. Botelho Brandão e Maria Elizabeth Brêa Monteiro